

O CANTEIRO E O URBANO

Crítica radical e emancipação em Sérgio Ferro e David Harvey

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300202500010010>

PEDRO FIORI ARANTES*

MARIANA FIX**

RESUMO

O artigo faz uma leitura combinada de Sérgio Ferro e David Harvey sobre a produção capitalista do espaço. Ambos iluminam aspectos cruciais da reprodução e circulação do capital no ambiente construído e formulam horizontes emancipatórios que envolvem arte, trabalho livre, imaginação e ecologia. Em diálogo, suas formulações críticas têm muito a oferecer, especialmente aos interessados na teoria crítica que articula o canteiro de obras e o urbano.

PALAVRAS-CHAVE: *Sérgio Ferro; David Harvey; produção capitalista do espaço; emancipação; trabalho livre*

The Construction Site and the City: Radical Critique and Emancipation in Sérgio Ferro and David Harvey

ABSTRACT

This article offers a combined reading of Sérgio Ferro and David Harvey on the capitalist production of space. Both thinkers shed light on crucial aspects of capital's reproduction and circulation within the built environment, and they articulate emancipatory horizons grounded in art, free labor, imagination, and ecology. In dialogue, their critical formulations have much to offer—particularly to those interested in critical theory that bridges the construction site and the urban realm.

KEYWORDS: *Sérgio Ferro; David Harvey; capitalist production of space; emancipation; free labor*

[*] Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: pedro.arantes@unifesp.br

[**] Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: marianafix@gmail.com

INTRODUÇÃO

A obra de Sérgio Ferro, arquiteto, pintor, professor e crítico radical, deverá ganhar novo alcance com sua publicação em inglês, fruto do projeto de pesquisa anglo-brasileiro Translating Ferro/Transforming Knowledges (TF/TK).¹ Além de estudar e traduzir os principais textos de Sérgio Ferro, o projeto contou com uma rede internacional de pesquisadores que atuam no que denominam “estudos da produção” (*Production Studies*) do ambiente construído, isto

é, no campo da crítica das formas, relações e condições de produção da arquitetura e da cidade, e também das práticas alternativas de construção (como cooperativas e mutirões) e de pedagogia (como canteiros experimentais). Assim, é um campo de estudos críticos e intervenção direta e experimental, envolvendo não apenas arquitetos, mas pesquisadores e trabalhadores da construção, sindicatos e movimentos sociais.

Entre 2020 e 2024, o projeto TF/TK atuou nas traduções e grupos de estudos da obra de Ferro, novas publicações acadêmicas e livretos com estudos de caso, um site com repositório multimídia, workshops e seminários internacionais. *Architecture from Below* foi o primeiro dos três volumes publicados pela editora Mack, em 2024. Para estimular o diálogo da obra de Sérgio Ferro com autores de língua inglesa, alguns de nós, pesquisadores envolvidos no projeto, propusemos leituras combinadas. Neste artigo, escolhemos investigar a interlocução que nos pareceu promissora entre as teorias críticas de Sérgio Ferro e as do geógrafo inglês David Harvey a respeito da produção capitalista do espaço.

URBANIZAÇÃO SEM CONSTRUÇÃO? O CANTEIRO DE OBRAS COMO LACUNA E COMO MÉTODO

Quando o marxismo ocidental começou a interessar-se pelas cidades como tema de estudo, a partir da década de 1960, curiosamente nenhum dos autores mais proeminentes na época aventurou-se na perspectiva crítica colocada por Sérgio Ferro: ver a arquitetura a partir do trabalho de construir. Mais do que uma opção entre outras, a mudança de ponto de vista põe em questão as narrativas tradicionais da história da arquitetura contadas sob o ângulo dos arquitetos “geniais” e suas obras “autorais” e propõe uma história a contrapelo.

Acompanhando de perto a modernização autoritária do Brasil na década de 1960 e, posteriormente, na França pós-1968, Ferro desenvolveu inúmeras pesquisas empíricas, históricas e teóricas a partir de um ângulo pouco explorado na crítica da urbanização tal como formulada nos países centrais. Formado na América do Sul e envolvido em projetos como a colossal construção de Brasília, reconheceu a importância do estudo meticuloso da produção do espaço diretamente nos canteiros de obras, observando o conflito capital-trabalho e suas expressões na técnica e na forma construída. Esse tema representa uma lacuna na reflexão dentro do campo progressista, mesmo para autores críticos da economia política que, ao interpretar a urbanização capitalista, não se detiveram na materialidade da produção do ambiente construído. Mais de meio século desde a consolidação internacional do campo dos estudos urbanos (*Urban Studies*), e mesmo

[1] O projeto TF/TK foi financiado pela Fapesp e pela Arts and Humanities Research Council e envolveu, entre 2020 e 2024, a Newcastle University, a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal de São Paulo e a Universidade Federal de Minas Gerais. O projeto está disponível em: <<https://tftk.iau.usp.br/>>. Acesso em 29/4/2025.

nas suas variantes marxistas, esse ponto ainda é perturbadoramente ausente na imensa maioria das pesquisas.

Sem dúvida, os autores da crítica à urbanização capitalista propuseram inúmeras hipóteses inovadoras, perguntas provocativas e categorias teóricas pertinentes. Produziram importantes formulações sobre: a articulação entre urbanização, migração, formação dos mercados de trabalho e industrialização; a formação da propriedade privada urbana e do mercado de terras; a concentração da riqueza, os padrões de desigualdade e a segregação social e racial; as diversas formas de espoliação e despossessão dos trabalhadores; a questão da (falta de) habitação adequada; a renda da terra urbana, a especulação e os ativismos imobiliários; as dimensões simbólicas das paisagens de poder e dinheiro; as lutas sociais pelo direito à cidade e à cidadania, em suas perspectivas de classe, raça e gênero; as formas de controle, planejamento e intervenção estatal, mais ou menos participativas; as grandes renovações urbanas, as parcerias público-privadas e os processos de gentrificação; questões relacionadas ao meio ambiente, áreas de risco e catástrofes urbanas; bem como perspectivas emancipatórias ligadas a processos revolucionários ou de radicalização democrática, que estabeleceram (ou poderão estabelecer) novas possibilidades de organização do espaço, da vida e da natureza.

É surpreendente que essa significativa tradição crítica tenha, por assim dizer, ignorado personagens-chave da urbanização — os trabalhadores da construção civil, pouco mencionados mesmo por autores que deram contribuições decisivas para a teoria do urbano, como Henri Lefebvre, Manuel Castells, Milton Santos, Aníbal Quijano, Doreen Massey, Fredric Jameson, Mike Davis, Susan Fainstein, Neil Smith, Jean Lojkin, Christian Topalov, Alain Lipietz e Marino Folin, para citar apenas alguns — e isso para não mencionar a própria teoria hegemônica da arquitetura, que, mais escandalosamente, ignora os operários e o trabalho de construir.

A economia política da urbanização é, na maioria dos casos, uma teoria da “urbanização sem construção” (Oseki et al., 1987), desprovida da observação crítica dos canteiros de obra. Por outro lado, a sociologia do trabalho, mais interessada na grande indústria, lidou pouco com a pesquisa sobre os canteiros de obra. É, assim, uma teoria da “indústria sem construção” — como destacou um grupo de pesquisadores brasileiros na década de 1980, professores da Universidade de São Paulo (USP), alguns deles ex-alunos de Sérgio Ferro. Para esses autores, “é notável a ausência de construção nos estudos que abordam a urbanização/industrialização” (Oseki et al., 1987, p. 4). A forma como o capital e os trabalhadores erguem, demolem, reconstruam e remodelam cidades permaneceu em grande parte ignorada e marginalizada, com poucas exceções.²

[2] Atualmente, são numerosos os pesquisadores e ativistas, muitos deles discípulos de Sérgio Ferro e/ou membros do grupo de investigação TE/TK, que estão expandindo essa abordagem para diversos contextos. Contudo, nas décadas de 1970-80, esta era uma perspectiva rara. No Brasil, o grupo de pesquisa da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), formado por Jorge Oseki, Paulo César Xavier Pereira, Erminia Maricato e Yvonne Mautner, talvez tenha sido o primeiro a seguir na pista dada por Sérgio Ferro. Pereira indicou que a construção, como unidade dos processos industrial e urbano, envolve estratégias capitalistas que reduzem os custos do trabalho no canteiro enquanto elevam o preço do produto imobiliário. Sua obra *São Paulo: a construção da cidade, 1872-1914* (2004) oferece uma perspectiva histórica sobre o tema. Os estudos de Nilton Vargas e do grupo de pesquisa da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) também merecem destaque. Fora do Brasil, o grupo francês do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), em torno de Benjamin Coriat e Myriam Campinos-Dubernet, adotou em sua análise da construção uma perspectiva institucionalista (da Escola Francesa de Regulação) em diálogo com o marxismo (Coriat, 1983). Michael Ball, no Reino Unido, no livro *Rebuilding Construction* (1988), promoveu a articulação entre o imobiliário e a indústria da construção, em diálogo com o marxismo. Mais recentemente, Ball tem estado mais próximo da economia neoclássica do que do marxismo, como se vê no livro *Markets and Institutions in Real Estate and Construction* (Oxford: Blackwell, 2008).

Não se trata apenas de destacar uma lacuna; é mais do que isso, pois é desse ângulo que emerge um novo método crítico e historiográfico. Sérgio Ferro propõe uma teoria que, ao olhar a arquitetura pelo ângulo do trabalho da construção, da produção do próprio ambiente construído, apresenta-se como uma abertura de campo inovadora, além de escolha ética e política. A perspectiva crítica e investigativa proposta por Ferro indica que os principais aliados não são apenas os seus pares, arquitetos ou acadêmicos, mas sobretudo os trabalhadores da construção — a eles, a suas lutas, organizações, saberes e ofícios, ele presta atenção (e homenagem), revelando suas histórias e reconhecendo sua relevância. Ao examinar a luta de classes no canteiro, Ferro procura entender como a organização capitalista da produção do espaço construído e as mudanças na tecnologia e nos materiais impuseram sucessivas derrotas aos trabalhadores, mobilizando conceitos como ideologia, alienação e fetiche da forma arquitetônica. Os construtores, que já foram a vanguarda das lutas revolucionárias, inclusive na Comuna de Paris e na liderança de importantes sindicatos e movimentos populares em diversas regiões do planeta, foram derrotados pelo capital da construção e pelos arquitetos e engenheiros. Em São Paulo, por exemplo, as grandes greves do início do século XX foram lideradas por mestres de obras da arquitetura eclética, quase todos anarquistas e de origem italiana (Gitahy, 1998). Enquanto isso, arquitetos modernos orgulhavam-se, justamente, de subtrair o saber desses operários, por meio de seu desenho, das novas técnicas e materiais, para então ir até o trabalhador para “dizer o que fazer” (Arantes, 2002, p. 21).

Feita essa problematização inicial, o nosso objetivo, neste ensaio, é, como dito, propor uma leitura combinada de Sérgio Ferro e David Harvey, destacando possíveis convergências para uma teoria crítica complementar entre construção e urbanização, entre o canteiro de obras e a cidade, a partir de uma perspectiva marxista aberta a diversas referências e influências. Ferro e Harvey, aliás, são contemporâneos, nascidos na segunda metade da década de 1930, e publicaram obras que se tornariam clássicas nos anos de 1970.

Os dois autores analisam aspectos cruciais dos modos de circulação, valorização e realização do capital no circuito imobiliário. Ambos consideram o ambiente construído uma frente significativa de investimento e acumulação. No entanto, propõem abordagens a partir de diferentes pontos de vista e iluminam focos complementares do fenômeno: Ferro, ao dar centralidade ao trabalho, à luta de classes e à produção da forma e do valor na construção, e Harvey, ao abordar a urbanização do capital, sua lógica, as contradições que engendra e suas crises cíclicas e estruturais.

Quando colocadas em diálogo, as formulações críticas de ambos têm muito a oferecer, especialmente ao público interessado na teoria crítica.

tica da produção do espaço que articula o canteiro de obras e o urbano; terra, trabalho e capital; a forma construída e sua ideologia. Isso envolve trazer, para os estudos urbanos (*Urban Studies*), a produção, a técnica, o trabalho, a forma e o valor; e, para os estudos de produção (*Production Studies*), a terra, o espaço urbano, o sistema de crédito, as antigas e novas formas de despossessão e apropriação de riqueza.

QUESTIONANDO SEUS CAMPOS ACADÊMICOS E PROFISSIONAIS

Na década de 1970, Harvey e Ferro lançaram dois livros que marcaram o debate da época porque subverteram e desafiaram os campos disciplinares da geografia e da arquitetura, com uma leitura materialista e dialética, informada e plural, influenciada pelas lutas sociais que ocorriam no mundo (como os levantes negros nos Estados Unidos e Maio de 68 na França) e pelas formulações radicais do filósofo Henri Lefebvre (que publicou *O direito à cidade*, em 1967 (2016), e *A revolução urbana*, em 1970 (2008), e dirigiu a revista *Espaces et Sociétés*). Em 1973, Harvey publicou *A justiça social e a cidade*, um ano depois de Manuel Castells ter lançado *A questão urbana*. Esses dois livros, juntamente com os de Lefebvre (e sua obra-mestra, *La Production de l'espace*, de 1974), tornaram-se marcos para o pensamento marxista internacional sobre a urbanização capitalista.

Castells, mais influenciado por Louis Althusser, combinava o estruturalismo com a observação empírica dos movimentos populares nas lutas urbanas na América Latina, em particular no Chile de Salvador Allende, onde fez parte de um centro de pesquisa, o Comité Interdisciplinario de Desarrollo Urbano (Cide), da Pontificia Universidad Católica de Chile. A cidade de Santiago, naquele momento (até o golpe de 1973), era um centro progressista e teórico influente de debates sobre desenvolvimento, dependência, marginalidade e transformações urbanas, um local de encontro de pesquisadores internacionais, entre eles diversos exilados brasileiros. Fruto desse encontro (e embates teóricos) é o livro *Imperialismo y urbanización en América Latina*, organizado por Castells e publicado em 1973, com participação dos brasileiros Fernando Henrique Cardoso, Vinícius Caldeira Brant, Lúcio Kowarick, Paulo Singer e Milton Santos.³

No mesmo ano de 1973, Harvey publica *Justiça social e a cidade* (traduzido em 1980) e acerta contas com a geografia clássica — da qual fez parte nos primeiros anos de carreira em Cambridge e Bristol. Iniciou ali uma articulação frutífera, que desenvolveria ao longo da sua obra subsequente, entre espaço geográfico, economia política e materialismo histórico. Assim, desafiou as premissas e métodos da geografia tradicional, enraizada em matrizes positivistas e colonialistas, e estabeleceu as bases do que viria a ser conhecido como “geografia

[3] Sobre a conexão entre Santiago e São Paulo no pensamento marxista relativo às cidades, com importante participação dos pesquisadores que fundariam o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), ver o artigo de Pedro Fiori Arantes (2009).

crítica”. Questionou o sentido político e o método da geografia urbana tradicional pela sua falta de análise crítica das forças sociais, econômicas e de poder que moldam o espaço geográfico, particularmente sob o capitalismo. E foi um dos primeiros geógrafos a incorporar explicitamente as teorias marxistas na sua análise do ambiente construído, procurando destacar o nexos entre a acumulação capitalista e a produção do espaço, incluindo as dimensões urbanas da luta de classes.

Além de formular as bases da teoria crítica marxista em geografia, neste livro e nos seguintes, Harvey dará importância às lutas sociais, à justiça urbana e ambiental. Sempre procurou observar as condições para a emergência de transformações urbanas emancipatórias, dos “espaços de esperança” às “cidades rebeldes” e, progressivamente a partir de uma perspectiva ecossocialista, articulou o “direito à cidade” aos “direitos da natureza”. Com isso, também enviou uma mensagem ao pensamento marxista mais ortodoxo: a luta de classes ocorre não apenas nas fábricas e por meio de sindicatos e organizações proletárias, mas também nas ruas e nos territórios, por meio de organizações de bairro e movimentos populares, sob a forma de insurgências urbanas.

A virada de Harvey em direção à geografia crítica, ao direito à cidade e à justiça social deveu-se, em grande medida, à sua saída da Inglaterra naquele ano e à sua mudança para a Universidade Johns Hopkins, em Baltimore. Esse período foi significativo tanto para a sua trajetória acadêmica e política quanto para a cidade de Baltimore, que passava por um processo de renovação e transformação urbana, com a irrupção de conflitos étnico-raciais e de classe. Harvey chegou aos Estados Unidos no ano seguinte ao assassinato de Martin Luther King Jr., quando manifestações de luto e raiva irromperam em cidades americanas e as deixaram em chamas. Em Baltimore, a situação agravou-se rapidamente, com tumultos que resultaram em mais de 4 mil detenções e cerca de mil estabelecimentos queimados e saqueados.

Concomitantemente a essa revolta, Baltimore, tal como muitas cidades americanas, passava por um período de declínio industrial, com a consequente perda de empregos e o aprofundamento da crise socioeconômica. Em resposta aos conflitos abertos nas ruas, autoridades e empresários empreenderam um significativo processo de renovação urbana em todo o país, com grandes projetos, remoções forçadas e substituição de populações. Para Harvey, o espetáculo dos levantes das ruas, das manifestações contra as guerras e dos eventos contraculturais, que pode ser uma potente arma política, teria sido capturado por forças, interesses e finalidades distintos (Harvey, 1990, pp. 88-9). A sua experiência de viver e trabalhar em Baltimore proporcionou-lhe em primeira mão o entendimento da dinâmica agressiva da renovação urbana e da competição entre cidades, impulsionada por interesses imobiliários, políticos e corporativos que

aprofundaram desigualdades e segregações sociais e raciais. Assim, Harvey usou Baltimore e as transformações no Harbor Place como tema e exemplo em vários textos, em especial no livro *A condição pós-moderna*, de 1989 (2013).

No início da década de 1980, Harvey publicou o clássico *Limits to Capital*, em que revisita *O capital*, de Karl Marx, prestando especial atenção “à circulação do capital no ambiente construído, a sistemas de crédito e à produção de configurações espaciais” (Harvey, 1982, p. XXX).⁴ O livro foi escrito no momento em que Margaret Thatcher e Ronald Reagan chegavam ao poder e quando palavras como “globalização” e “financeirização” ainda não faziam parte do nosso vocabulário, ou seja, antes da contrarrevolução neoliberal ter se espalhado. Ele estende seu argumento a terrenos menos familiares ao marxismo, particularmente a partir do Capítulo 8, quanto dá centralidade ao ambiente construído e atualiza a teoria da renda, discutindo a luta de classes entre proprietários de terras e capitalistas, a articulação entre o imobiliário e o capital fictício, a dimensão espacial nas crises capitalistas etc. Nesse sentido, *Os limites do capital* (publicado no Brasil apenas em 2015b) é uma obra pioneira, pois articula com detalhe e sofisticação as dimensões financeiras (temporais) e geográficas (espaciais) no materialismo histórico.

No livro subsequente, *The Urbanization of Capital* (1985b), Harvey resume e amplia a hipótese iniciada em *Os limites do capital*, postulando as relações espaciais como um “momento ativo” fundamental dentro da dinâmica contraditória do capitalismo (Harvey, 1985b, p. 33) que molda não apenas a paisagem física, mas também o sistema de relações sociais e a consciência de seus habitantes.⁵ Assim, ele faz uma formulação mais madura do que a de *A justiça social e a cidade* (1973), graças ao esforço teórico empreendido em *Os limites do capital*. É, portanto, nesse livro de 1985b que nos concentraremos na primeira rodada de diálogo entre as formulações críticas de Harvey e Ferro.

Sérgio Ferro também acertou contas com o seu campo profissional e acadêmico, a arquitetura e o urbanismo, ao iniciar sua crítica marxista à produção capitalista da arquitetura e da habitação. Ferro fez parte da segunda geração do Seminário Marx, realizado na USP, o que não apenas lhe permitiu uma visão alternativa à ortodoxia do Partido Comunista Brasileiro (PCB), como lhe deu a perspectiva da ação direta na luta de classes (Arantes, 2002, p. 111). Textos seus já haviam circulado com grande impacto no meio arquitetônico paulista na década de 1960 (como “Arquitetura Nova” e “A casa popular”), até que as suas hipóteses e argumentos encontrariam a forma mais acabada em “O canteiro e o desenho”, publicado em 1976 na revista *Almanaque* e, na forma de livro, em 1979 (todos eles republicados em *Arquitetura e Trabalho Livre*, de 2006, e nas novas edições de 2024 e 2025).

[4] Todas as citações de David Harvey serão feitas a partir dos livros originais em inglês, com tradução dos autores deste ensaio. Algumas das citações são de páginas em numerais romanos, como esta.

[5] Esse livro deve ser lido em conjunto com *Consciousness and the Urban Experience* (1985a), como orienta o próprio autor, obra em que aborda a história das cidades, das ideologias, das formas de controle e resistência.

Ferro, também arquiteto experimental, buscou na prática caminhos alternativos para a arquitetura, principalmente após sua formação inicial convencional, semelhante ao que se passara com Harvey na geografia. Ferro presenciou de perto a construção de Brasília. Quando era ainda estudante de arquitetura, teve a oportunidade de projetar edifícios comerciais na cidade. Seu pai foi um dos empresários que investiu na nova capital e tinha ligações com o presidente Juscelino Kubitschek. Assim como Baltimore para Harvey, Brasília foi a experiência urbana que abriu os olhos de Ferro para a brutalidade da produção material do espaço, especialmente no ritmo acelerado de uma nova capital.

A construção de Brasília, no fim da década de 1950, é cercada de paradoxos que não poderemos aprofundar aqui, mas Ferro acompanhou de perto o canteiro de obras e os operários da construção, os “candangos”, trabalhadores sem-terra que migraram em busca de melhores condições de vida e que construíram a nova capital sob condições desumanas. A ideologia modernista e as formas arquitetônicas ousadas viram-se confrontadas com as atrocidades do canteiro de obras, em uma cidade que também não previu lugar para abrigar os trabalhadores que a construíam. Desencontro que despertou em Ferro a urgência da crítica — inclusive dirigida aos arquitetos comunistas que fizeram parte do empreendimento modernizador baseado em exploração brutal (Ferro, 2006, pp. 305-20).

No campo da arquitetura, Sérgio Ferro opôs-se à perspectiva liberal, culturalista e formalista da crítica arquitetônica do ponto de vista do gênio autoral e da arquitetura como arte. Opôs-se também à perspectiva marxista ortodoxa, acrítica do progresso das forças produtivas (mesmo sob o capitalismo), que em última análise considerava o comunismo um desdobramento lógico da história. Em meados da década de 1960, Ferro saiu do PCB (ao qual eram filiados três dos mais conhecidos arquitetos do país: Oscar Niemeyer, Vilanova Artigas e Paulo Mendes da Rocha), por divergências teórico-programáticas e pela passividade do Partidão diante do golpe de Estado de 1964. Em 1967, Ferro juntou-se ao grupo de Carlos Marighella na luta armada contra a ditadura, o que o levou à prisão, tortura e exílio (Arantes, 2002) — situação trágica que Harvey, felizmente, não teve de enfrentar.

Na França, aonde chegou em 1972 num contexto ainda radicalizado pelo rescaldo de Maio de 68, Sérgio Ferro tornou-se um dos fundadores da Escola de Arquitetura de Grenoble (EAG). Na EAG, criou um centro de pesquisa denominado *Dessin/Chantier* [Desenho/Canteiro], que formou notáveis estudiosos da arquitetura no quadro de uma história da construção narrada a partir da perspectiva dos trabalhadores, das técnicas, do saber e poder nos canteiros de obra.

Ferro e sua equipe embarcaram em um extenso estudo historiográfico, pesquisando meticulosamente e escrevendo com erudição sobre a história da arquitetura europeia de cinco séculos, do gótico à arquitetura *star* de hoje, passando por Filippo Brunelleschi e Michelangelo, pela arquitetura eclética e pelo brutalismo modernista. Seus minuciosos esforços documentais reescreveram a historiografia arquitetônica, lançando luz sobre as lutas em torno da organização do trabalho, do conhecimento, dos materiais e das técnicas, destacando os processos históricos que levaram ao controle dos canteiros de obra pelos arquitetos, confrontando saberes de ofício, corporações, sindicatos e demais organizações de trabalhadores. Ferro e seus colegas foram pioneiros em uma nova compreensão da arquitetura como parte do campo dos estudos de produção. O trabalho historiográfico de Ferro, com a observação detalhada dos canteiros de obras, técnicas, materiais e condições de trabalho, não encontra paralelos no de outros intelectuais contemporâneos.

Tal como em Harvey, a teoria de Ferro está entrelaçada com várias tradições marxistas e socialistas que visam à emancipação social. Isso inclui, por exemplo, o socialismo romântico e movimentos como o *Arts and Crafts*, defendido por figuras como John Ruskin e William Morris; a crítica frankfurtiana da cultura no capitalismo; a nova esquerda pós-1968; as teorias do desejo e da alienação; uma leitura materialista da semiótica peirceana; as teorias do desenvolvimento dependente e periférico; além da interlocução mais recente com movimentos sociais como os dos trabalhadores sem-terra e sem-teto, e grupos técnicos que com eles atuam (Arantes, 2002). A trajetória como pintor e historiador da arte também permitiu a Sérgio Ferro empreender uma crítica comparativa entre as práticas de artista e arquiteto. Ele contrasta a unidade entre concepção e realização do pintor com a separação do desenho do arquiteto em relação ao momento da produção (Ferro, 2006, p. 389). Tanto no seu trabalho prático como nas suas reflexões teóricas como pintor, Ferro oferece um contraponto vital e um exemplo do que a arquitetura poderia ser como uma obra de arte coletiva. As formulações de Ferro e Harvey para horizontes emancipatórios, espaços de esperança e trabalho livre serão apresentadas no tópico final deste artigo.

PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MAIS-VALIA NO AMBIENTE CONSTRUÍDO

A leitura combinada de *A urbanização do capital* (1985b), de David Harvey, e *O canteiro e o desenho* (1979), de Sérgio Ferro, pareceu-nos promissora. Apesar da diferença nos estilos de escrita e na argumentação, ambos têm muito em comum e, sobretudo, são complementares dentro da hipótese que propomos neste artigo. Harvey adota um estilo

de redação objetivo e, sempre que possível, didático, organizando os capítulos por temas e subtemas. Dado o compromisso substancial já posto em prática em *Os limites do capital* (1982), Harvey abraçou a amplitude e a ambição de manter viva a tradição das grandes interpretações, com o desejo de uma teoria que abrangesse a totalidade do sistema. Ferro, por outro lado, emprega uma escrita serpenteante, rica em metáforas e alegorias, numa narrativa ágil, contundente e provocativa, típica do ensaísmo francês ou frankfurtiano (ou de Marx nos *Manuscritos*). Além de dialogar com Hegel e Marx, mobiliza diversas referências ligadas ao debate francês pós-1968 — combinando sociologia do trabalho, estruturalismo, pós-estruturalismo, antropologia, psicanálise e teorias da percepção e do desejo (e posteriormente incorporando a semiótica). E também justifica as passagens mais codificadas e certo hermetismo como forma de enganar a censura imposta pela ditadura no Brasil, onde o texto seria publicado.

Considerando essas distinções, há hipóteses comuns: ambos os autores estabelecem as bases para articular uma tradição marxista renovada na interpretação do ambiente construído como um lugar decisivo para a atividade capitalista, da produção de mais-valia à acumulação por despossessão, da renda imobiliária ao capital fictício, até a gestação de crises ou de estratégias para postergá-las. Em ambos, existe uma preocupação explícita em compreender os princípios e mecanismos que impulsionam a acumulação, a luta de classes, a alienação e a ideologia na produção do espaço sob o capitalismo. Nesse sentido, passam ao largo do reducionismo econômico, sempre mantendo o movimento dialético entre capital, trabalho, alienação, emancipação, tecnologia e cultura.

Como ponto de partida, há uma diferença escalar: Harvey analisa principalmente a urbanização capitalista de uma forma sistemática e global, discutindo de que maneira o capital e suas frações atuam como um todo integrado. Em contrapartida, Ferro examina de perto a produção do ambiente construído, a partir das edificações, estudando casos emblemáticos por meio da análise da forma, materiais, ferramentas e gestos dos trabalhadores, mas mantendo a consciência da totalidade: afinal, é a multiplicação de canteiros em todo o planeta que produz materialmente a urbanização global.

Contudo, a distinção entre o geógrafo e o arquiteto não é apenas de escalas da análise, mas também de foco e ângulo. Harvey pretende lançar as bases para a teorização da dinâmica espacial da acumulação e, ao fazê-lo, interpretar a geografia histórica do capitalismo. Um esforço que se justifica, segundo ele, na medida em que permite elucidar e incorporar na teoria marxista uma ampla e diversificada gama de fenômenos, incluindo “urbanização, desenvolvimento geográfico desigual, interdependência e competição inter-regional,

reestruturações do sistema regional e internacional na divisão do trabalho, a territorialidade das funções comunitárias e estatais, o imperialismo e as lutas políticas que o atravessam” (Harvey, 1985b, pp. 32-3).

Harvey descreve a estrutura da circulação de capital através de diferentes circuitos: o circuito primário, que envolve a produção geral; o circuito secundário, que inclui fluxos de capital para ativos fixos e o ambiente construído; e o circuito terciário, que abrange investimentos em ciência e tecnologia. O redirecionamento de capital do circuito primário para o secundário pode mitigar o risco de sobreacumulação, mas isso requer um mercado de capitais funcional e apoio estatal para projetos de grande escala. O sistema de crédito, crucial na análise de Harvey, permite que o dinheiro circule independentemente das mercadorias, facilitando a “aniquilação do espaço pelo tempo”, um conceito emprestado dos *Grundrisse*, de Marx.

Harvey argumenta que as relações sociais prevaletentes nas sociedades capitalistas levam os capitalistas individuais a produzirem consequências que, em última análise, prejudicam os seus próprios interesses de classe. Isso acontece inclusive ao submeterem a classe trabalhadora à violência severa, provocando uma luta de classes aberta. Quando ocorre uma sobreacumulação, que não é solucionada pela transferência de riqueza entre os circuitos secundários e terciários, ela resulta num sobre investimento no espaço construído, atendendo aos interesses especulativos do capital, mas não às necessidades das pessoas. Tal fenômeno viria a ocorrer, por exemplo, na crise do subprime nos Estados Unidos, em 2008 — eventos que Harvey analisa em *O enigma do capital e as crises do capitalismo* e em *Cidades rebeldes*, publicados em 2010 e 2012, respectivamente — e na Espanha, exacerbando o conflito de “casas sem pessoas e pessoas sem casas” (ou, na insígnia original, dos *homeless*: “*Homes without people for people without homes*”).

Desde os anos 1980, Harvey aponta que a sobreacumulação de capital pode ser absorvida ou postergada por meio da expansão geográfica. Contudo, o capitalismo não pode evitar a propagação das condições para a formação de crises, e elas se espalhariam, assim, em áreas cada vez mais amplas. Noutras palavras, ao resolver as suas contradições internas por meio de um “ajuste espacial”, o capitalismo “transfere as suas contradições para uma esfera mais ampla e de maior latitude” (Harvey, 1985b, p. 60).

Harvey postula que o capital financeiro, operando através de instituições industriais, de crédito e governamentais, tornou-se a força hegemônica nas sociedades capitalistas avançadas, exercendo controle sobre a totalidade da produção, circulação e realização de valor. Esse controle cria uma dicotomia aparente entre conflitos baseados no lugar de trabalho e conflitos baseados no lugar de moradia, paradoxalmente

realçando a sua unidade indissociável. Ao discutir a produção de valor, Harvey reconhece o ambiente construído, inclusive casas, estradas e fábricas, como parte da infraestrutura física material para produção, circulação, troca e consumo. Considera que os investimentos nos circuitos secundário e terciário expandem potencialmente a base para a produção de mais-valia, dependendo de certas condições, o que realça a importância do planejamento estatal ou empresarial. Essa consideração ajuda a compreender a importância do trabalho de Harvey para os planejadores — cada vez mais enredados nas armadilhas do “empreendedorismo urbano” com as suas “parcerias público-privadas” — para se posicionarem de forma crítica, ao invés de lubrificar as engrenagens do mercado imobiliário (Harvey, 1989).

A teoria da renda da terra torna-se, então, essencial para a compreensão das disputas urbanas (e da luta de classes no ambiente construído): “sob os acordos de propriedade privada do capitalismo, a apropriação real da renda da terra pelos proprietários constitui a base para várias formas de controle social sobre a organização espacial e o desenvolvimento geográfico do capitalismo” (Harvey, 1985b, p. 90).⁶ Aqui voltamos brevemente a sua formulação em *Os limites do capital*. Se Marx chega a afirmar que “a propriedade fundiária nada tem a ver com o processo real de produção”, o seu papel estaria limitado “a transferir uma parte da mais-valia produzida dos bolsos do capital em geral para os seus próprios” (Harvey, 1982, p. 359). Marx, entretanto, também afirma que o proprietário da terra desempenha três papéis significativos no capitalismo, não apenas o de apropriação da riqueza circulante. Ao reexaminá-los, Harvey afirma que a renda da terra não está apenas envolvida na circulação de capital (como definira David Ricardo, por exemplo), mas também em sua função de coordenação estratégica no capitalismo. Esse papel é análogo ao do capital portador de juros, ativo e contraditório: “o que à primeira vista parece ser um dispositivo racionalizador para coordenar o investimento na terra torna-se uma fonte de contradição, confusão e irracionalidade” (Harvey, 1982, p. 362). Ao discutir as disputas e alianças entre proprietários de terras e demais capitalistas, Harvey aponta situações em que “as rendas auferidas superam em muito o lucro obtido com o investimento direto” (Harvey, 1982, p. 368).

Resumindo, Harvey elucida que “o estudo da urbanização não é apenas o estudo de uma entidade jurídica, política ou de um artefato físico. Além-se aos processos de circulação de capital; os fluxos mutáveis de força de trabalho, mercadorias e capital monetário; a organização espacial da produção e a transformação das relações espaciais; movimentos de informação e conflitos geopolíticos entre alianças de classe de base territorial; e assim por diante” (Harvey, 1982, pp. XVI-XVII). O seu objetivo é, assim, abordar a compreensão

[6] Harvey revisita a discussão teórica que já havia iniciado em *Os limites do capital*, “A teoria da renda” (capítulo 11), em que pretende “definir uma teoria coerente da renda fundiária dentro da estrutura do próprio valor” (Harvey, 1982, p. 333).

das interligações cruciais entre os processos de urbanização, crescimento econômico, acumulação capitalista e a estruturação das classes sociais nas sociedades capitalistas avançadas. Se Harvey propôs uma interpretação ampla e sistêmica, acabou não se detendo no que há de específico na construção — estritamente falando, no artefato físico e nas relações de produção nos canteiros de obra.

Harvey, de fato, não investiga diretamente a indústria da construção e sua produção de mais-valia. Baseando-se, sobretudo nos livros II e III de *O capital*, seu foco tem sido o estudo da relação entre o ambiente construído e a circulação de capital, distribuição de mais-valia, dinheiro, crédito, capital fictício, propriedade privada e renda da terra. Ao discutir o papel do sistema de crédito e da renda fundiária, Harvey não considera a produção da cidade como uma fonte de mais-valia que mereça atenção especial em relação à produção geral do valor, embora faça uma distinção entre os interesses dos proprietários de terras, das empresas de construção e empreendedores imobiliários.

A teoria crítica de Sérgio Ferro problematiza precisamente essa ausência. O seu tema é a própria construção da arquitetura e da cidade, ou seja, a crítica da economia política da construção no seu fundamento mais elementar: a forma-canteiro e sua multiplicação planetária, como importante moinho de produção de riqueza e mais-valia que irrigará outros setores. Assim, Ferro se atém principalmente ao Livro I de *O capital*, no qual Marx analisa a forma-mercadoria e o processo de produção capitalista, concentrando-se na teoria do valor e em temas como divisão e alienação do trabalho, ideologia, tecnologia, manufatura e mecanização. Ancorado no Livro I, Ferro também dialoga com o Livro III, não para discutir a renda da terra,⁷ mas para retomar a teoria da tendência de queda da taxa de lucro e suas contratendências, entre elas a construção nos inúmeros canteiros das cidades. Não é por acaso que foi um arquiteto e intelectual da periferia do capitalismo quem propôs e desenvolveu consistentemente ao longo de décadas uma teoria crítica da produção arquitetônica a partir do ponto cego da ideologia arquitetônica do centro: a arquitetura não é o trabalho de arquitetos geniais, seus feitos e biografias, ou sucessão de estilos e escolas, mas é uma história da luta pelo conhecimento e pelo poder, no projeto e nos canteiros de obras, onde mudanças formais, representações, técnicas e materiais mediam os interesses dos encomendantes e responderam a eles.

Em *O canteiro e o desenho*, Sérgio Ferro pretendeu produzir, de forma consistente, uma teoria crítica radical da arquitetura sob a perspectiva do trabalho, portanto uma história contada a contrapelo, no sentido benjaminiano. Propõe “deslindar o mistério da farsa da construção” (Ferro, 1979, p. 28), demonstrando que a elaboração material do espaço tem mais a ver com a valorização do capital do

[7] Quando questionado por que não desenvolveu em sua teoria o tema da renda da terra, Sérgio Ferro explica que era Rodrigo Lefèvre, seu parceiro no grupo Arquitetura Nova, quem avançara no tema. De fato, Lefèvre apresentara pesquisa na SBPC, em 1976, com o tema “Notas sobre o papel dos preços de terrenos em negócios imobiliários de apartamentos e escritórios na cidade de São Paulo”, depois publicadas em livro organizado por Erminia Maricato, *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial* (1979). Rodrigo Lefèvre não pôde desenvolver a pesquisa, tendo falecido em 1984.

que com qualquer coerência técnica ou artística interna. E levanta a hipótese de que “o desenho de arquitetura é caminho obrigatório para a extração de mais-valia e não pode ser separado de qualquer outro desenho para a produção” (Ferro, 1979, p. 26), um tópico frequentemente esquecido pelas teorias arquitetônicas. Ferro vê o projeto como comando e controle do processo de trabalho, agindo mais como forma (molde) do que como forma arquitetônica.

Ele caracteriza a produção de arquitetura como uma manufatura que envolve uma sucessão de operações, uma pronunciada divisão de trabalho, habilidade técnica com ferramentas simples e ausência de prevalência de maquinário. Na construção, o capital divide o trabalhador, decompondo as profissões em tarefas fragmentadas, nas quais se perde a compreensão global do processo do artesão. O arquiteto, com seu “desenho separado”, surge para conceber a totalidade do objeto, enquanto o canteiro de obras torna-se uma pirâmide de comando fragmentada e hierárquica. Essa hierarquia vai desde o encarregado da obra, que sabe ler os projetos, até numerosos operários que realizam tarefas simples, sem compreender a totalidade do processo, sendo reduzidos a mera energia. Essas separações visam enfraquecer o poder político dos trabalhadores por meio de demissões e transferências frequentes, impedindo identidades fortes nas equipes e nos sindicatos.

A todas essas separações corresponde, dialeticamente, o seu oposto: uma re-totalização forçada sob o comando do capital. Forma-se o trabalhador coletivo, que é a reorganização dos trabalhos separados para a produção da mercadoria predefinida. O projeto, por sua vez, determina a convergência de diversas ações em um produto final — auxiliado, é claro, pelo capataz. Assim, o trabalho é separado e reunido por uma dupla violência, pois não há livre associação entre os trabalhadores. Sob o pretexto da neutralidade técnica ou da liberdade formal, o projeto segrega e degrada o trabalho, ao mesmo tempo que fornece o molde no qual o trabalho separado coagula.

A combinação contraditória entre técnica de produção e técnica de dominação, inerente ao capitalismo, exprime-se, assim, mais claramente nos canteiros de obras do que na grande indústria. A reduzida mediação mecânica revela claramente o comando arbitrário da exploração. A especificidade da divisão do trabalho na manufatura da construção é, portanto, a violência — e a instabilidade implacável — num setor que, teoricamente, deveria procurar a estabilidade e a acumulação de experiência e conhecimento. Entretanto, na ausência de distâncias impostas pela mecanização industrial, outras distâncias são estabelecidas: a “mediação arquitetônica” (formalismo, jogo de volumes, texturas) e o apagamento das marcas do processo de produção, especialmente pelo uso de

materiais de revestimento, cujo “segredo é fazer do trabalho concreto trabalho abstrato” (Ferro, 1979, p. 57).

Ferro considera que a forma manufatureira da construção não é uma etapa que será inevitavelmente ultrapassada, mas, sim, uma condição “sobredeterminada pelo conjunto da economia política” (Ferro, 2006, p. 381), um campo de produção extraordinária de mais-valia, de modo a contrabalançar a tendência geral de queda da taxa de lucro, como indica Marx no Livro III. O resultado é tanto a sua configuração como espaço de luta de classes e de sucessivas derrotas dos trabalhadores, como a rejeição de qualquer natureza intrínseca ou especificidade ao ato de construção que imporia tal forma. Como arquiteto da periferia do capitalismo, Ferro reconhece então, no canteiro de obras, aspectos visíveis no capitalismo dependente e periférico — e procura, assim, descrever a economia política da construção como uma alegoria do subdesenvolvimento.

Uma de suas hipóteses centrais, formulada originalmente no ensaio “A produção da casa no Brasil” (de 1969, republicado em 2006), postula que as conexões entre setores desiguais da economia, especificamente naqueles em que a construção civil tem a tarefa de gerar mais-valia adicional para compensar o declínio nas taxas de lucro das indústrias fortemente mecanizadas e automatizadas, podem ser comparadas de forma análoga à divisão internacional do trabalho entre as nações. Essa divisão não é natural nem baseada em vantagens comparativas, mas é o resultado de trocas desiguais e injustas dentro de um sistema colonialista e imperialista caracterizado por assimetrias acentuadas de poder, força militar, concentração de conhecimento e riqueza. Assim, os canteiros de obra irrigariam mais-valia adicional para a economia global, enquanto, da mesma forma, as antigas colônias e os países subordinados no sistema internacional alimentam a riqueza dos países centrais.

No Livro III de *O capital* (Capítulo 14, Seção IV), Marx havia apontado diversas contra tendências à queda da taxa de lucro, entre elas a manutenção e o crescimento de “alguns ramos da produção [que], segundo sua natureza, se opõem à transformação do trabalho manual em trabalho mecanizado”, inclusive a “produção para consumo de luxo” e a absorção da população dispensada pela grande indústria quando esta substitui trabalho vivo por trabalho morto (maquinário) (Marx, 2017, p. 275). Nesses setores, que incluem claramente a construção, “o capital variável constitui uma proporção significativa do capital total, e o salário se encontra abaixo da média, de modo que, nesses ramos da produção, *tanto a taxa como a massa do mais-valor são extraordinariamente elevadas*” (destaque nosso). Marx conclui, explicando que essa mais-valia excepcional será subsequentemente transferida para outros setores: “Como a taxa geral de lucro é formada

por meio da equalização das taxas de lucro nos ramos de produção particulares, a mesma causa que gera a tendência à queda da taxa de lucro produz aqui um contrapeso a essa tendência, paralisando, em maior ou menor grau, seu efeito”. (Marx, 2017, p. 276). Nos *Grundrisse* (Capítulo 3, Seção III), Marx já havia dado formulação semelhante, sugerindo que a queda na taxa de lucro pode ser “igualmente contida por meio da criação de novos ramos de produção em que é necessário mais trabalho imediato proporcionalmente ao capital, ou onde a força produtiva do trabalho ainda não está evoluída” (Marx, 2011, p. 628). O capital deve continuar a alimentar-se de trabalho vivo, que gera novo valor; não pode sustentar-se apenas do trabalho morto, do trabalho passado, incorporado em máquinas e matérias-primas.

Harvey também discute em ambos os livros, *Os limites do capital* e *A urbanização do capital*, o problema da queda da taxa de lucro, propondo uma hipótese semelhante à de Ferro, embora não avance no estudo da produção na construção *per se*. De acordo com ele, “a abertura de linhas de produção com utilização intensiva de mão de obra parece ter o potencial de manter a taxa de lucro estável em longo prazo [...] o investimento em obras públicas e em despesas improdutivas pode provavelmente ser interpretado como resposta à queda dos lucros” (Harvey, 1982, p. 251). Nomeando de passagem o setor de “obras”, o geógrafo descreve contratendências com características típicas da construção, como a produção descentralizada e desagregada, uma mistura tecnológica com capital mais variável, produção em pequena escala com tecnologias de mão de obra intensiva, aumento da rotatividade na produção, aumento da segmentação, absorção de grandes populações excedentes na manufatura, demanda por meios de produção e bens de luxo.

A leitura combinada de Ferro e Harvey, neste ponto, não é isenta de atritos. Como compreender articuladamente a abundante produção de mais-valia no setor da construção que irriga o resto da economia, tal como apresentada por Ferro, e, de outro lado, os ganhos derivados da propriedade (dos terrenos e da incorporação imobiliária), com substanciais transferências de riqueza através do pagamento da renda da terra, no conceito crucial para Harvey? Ou seja, enquanto a construção gera uma massa de mais-valia que transborda para outros setores, a renda imobiliária, operando no sentido oposto, retoma a riqueza produzida noutros setores da economia. Em ambos os casos, a produção do espaço, ao mesmo tempo que cria saídas temporárias para a crise, não é estabilizadora do capitalismo, mas fonte de contradição, confusão e irracionalidade, podendo estar no centro do colapso.

Essa é uma articulação complexa, que não pode ser explicada mecanicamente e requer não apenas uma discussão teórica (marcada por polêmicas que fogem ao escopo deste texto), mas também uma

compreensão histórica e situada dos agentes envolvidos na construção, dos sistemas de crédito e securitização, das dinâmicas do setor imobiliário, das tecnologias, saberes e ideologias, das quais as dimensões simbólicas da arquitetura e da paisagem urbana, com atenção às diferentes formações socioespaciais no sistema-mundo. Harvey e Ferro contribuíram significativamente para esse desafio mais amplo e coletivo. Além disso, a leitura de ambos os autores fornece uma base importante para um estudo da financeirização na produção urbana que não negligencie a ligação do capital portador de juros e do capital fictício com o mundo do trabalho e a produção real do valor. Ao mesmo tempo, permite compreendermos como e por que os imóveis (e o meio ambiente construído, de um modo mais amplo) participam enquanto momento ativo importante, e não mero reflexo, da financeirização da economia e suas consequências (Fix, 2007).

A INSURGÊNCIA DO “BAUMEISTER”: ESPERANÇA, EMANCIPAÇÃO E TRABALHO LIVRE

Ferro e Harvey não são apenas críticos agudos da produção capitalista do ambiente construído. Como pensadores socialistas radicais, formulam horizontes para a transformação e emancipação dos trabalhadores, como “negação determinada”⁸ — o que envolve a superação das condições sociais existentes para criar futuros pós-capitalistas. Suas perspectivas sobre a mudança social não aguardam a tomada revolucionária do poder e não acreditam no reformismo gradualista, mas, sim, na multiplicação de experiências emancipatórias que escapam à lógica capitalista, à propriedade privada e à exploração do trabalho. As principais obras que apresentam suas visões da transformação social são *Espaços de esperança* (2000, 2015a), de Harvey, e *Arquitetura e trabalho livre* (2006), de Ferro.

Sérgio Ferro considera a produção do ambiente construído um lugar fundamental de exercício da retomada do poder e saber pelos trabalhadores. Argumenta que os trabalhadores, que ainda detêm parcialmente o conhecimento da construção, se associados livremente, poderiam recuperar o comando desse setor econômico fundamental na reprodução da vida. Segundo ele, “o que hoje concentra todas as desgraças do mundo operário (o canteiro heterônimo da construção — os mais baixos salários, a mais longa jornada de trabalho, as mais altas taxas de acidentes e de doenças do trabalho etc.) já pode se tornar o lugar de uma das mais belas expressões do espírito, da comunidade livre” (Ferro, 2006, p. 416). É precisamente a natureza “atrasada” da construção, definida pela baixa mecanização e pelo capital fixo simples, em comparação com a grande indústria, que permite que ela se torne um campo fértil para a experimentação, caso a dominação cesse. A superação da contradição produzir/dominar na

[8] Para Hegel e Marx, a negação dialética, dentro do movimento da consciência, não implica uma destruição total e abstrata das coisas. Diferentemente de uma simples anulação, a negação determinada implica transformação qualitativa, preservando aspectos importantes daquilo que é negado ao incorporar e transformar seus elementos de maneira progressiva. Nesse sentido, é uma negação produtiva, que gera novas formas sociais e materiais.

arquitetura permitiria que os locais de construção se transformassem em vastos campos de experiência em “trabalho livre”, autogestão e produção coletiva de conhecimento.

Nessas circunstâncias, a arquitetura poderia novamente ser entendida como arte, na definição de William Morris: *Art is joy in labour*. Para esse local emancipado, onde a arquitetura e o trabalho livre se encontram, Ferro vislumbra uma nova estética. Para além da correta prescrição de um desenho atento aos materiais e técnicas locais, essa estética nasceria da livre organização do trabalho, diminuindo a importância do projeto como ordem de execução. Somente através do trabalho coletivo autonomamente organizado, como razão coletiva livre, a arquitetura produzirá o verdadeiro conceito da sua própria beleza. Nessa transformação, o ego do arquiteto, manifestado no virtuosismo do seu projeto, é substituído pelo sujeito coletivo que ganha autoconsciência como produtor e poeta do espaço. Esse sujeito deixará, como índice da sua presença, o traço da produção emancipada impresso no material — substrato que registra a memória do trabalho.

O projeto arquitetônico não seria abandonado, mas sim reinventado. A ação coletiva organizada exige ainda partir de um “projeto” — um projeto que prefigura a união de equipes, enquanto estas, por sua vez, devem centrar-se no seu saber de ofício e no respeito aos materiais. Em geral, o trabalho livre é “o melhor trabalho utilizando a melhor técnica e o melhor material disponível segundo a melhor forma do estado do saber e do saber fazer. Isso não se produz em condições de heteronomia a não ser por acaso. É isso que se chama arte” (Ferro, 2006, p. 405). Paradoxalmente, isso faz da arquitetura a mais digna das artes, pois estaria intimamente ligada ao seu fundamento: o trabalho, ou a comunidade de construtores livremente associados. A liberdade e a autonomia aparecem assim como o oposto do estrelismo narcísico que comanda o desenho intransitivo do arquiteto, concentrando-se, em vez disso, no sujeito coletivo cooperativo. Sérgio compara essa organização do canteiro a um grupo de jazz (em uma *jam session* ou, quem sabe, uma roda de samba): “um tema comum, partes interpretadas conjuntamente e solos onde as variações são possíveis. Um grupo decidido a colaborar estreitamente para que cada um tenha seu próprio momento” (Ferro, 2006, p. 406).

Desde o início dos anos 2000, Sérgio Ferro tem estado no Brasil com frequência e dialogado com estudantes e pesquisadores, com movimentos populares e grupos de assessoria técnica na construção autogerida de moradias, escolas, espaços comunitários etc. Realizou também uma série de pinturas em apoio ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Harvey também esteve envolvido em diversas lutas sociais, especialmente dos movimentos altermundistas e ecossocialistas, e tem participado de espaços como o Fórum

Social Mundial em Porto Alegre. Durante suas visitas ao Brasil, Harvey se envolveu com grupos autonomistas, movimentos populares e universidades, e suas palestras atraíram pequenas multidões. Tanto o MST quanto o orçamento participativo de Porto Alegre são citados por ele em seus livros como exemplos de organizações e práticas políticas de resistência e democratização do poder.

Em seu livro de 1996, *Justiça, natureza e a geografia da diferença*, Harvey já indica formas de “imaginação revolucionária” e “políticas do possível”. E continua a defender sua palavra de ordem desde a década de 1970, “justiça”: inicialmente como justiça urbana e social, e mais tarde também como “justiça ambiental” e “justiça produtiva”. A questão-chave é compreender como a justiça/injustiça é produzida e como podemos combater as injustiças e promover práticas de justiça reconhecendo diferenças — uma vez que não existiria uma forma única de justiça universal válida para todo o mundo. Daí a importância de compreender as geografias da diferença, para que a polaridade justiça/injustiça se concretize de forma social e culturalmente referenciada, dialogando com diversos contextos e identidades.

A convocação à imaginação, radical e ativa, demanda o reconhecimento simultâneo das dimensões espaciais, temporais e naturais. Os “imaginadores”, na expressão de Harvey, por sua vez, apontam para futuros alternativos sob condições histórica e ambientalmente determinadas, com permanências no tempo e no espaço. O tópico final do livro de 1996, o papel das utopias, é o tema central do livro subsequente, *Espaços de esperança* (2000). Harvey está interessado no “utopismo” e como se posicionar nessa formulação ambígua para um marxista, especialmente no século XXI. Por isso, aponta diversas armadilhas e ambiguidades, revisita tradições utópicas e reconhece nelas, por um lado, o poder de imaginar novos mundos e, por outro, um imenso autoritarismo. De Thomas More a Le Corbusier e Frank Lloyd Wright, os grandes projetos utópicos são, em grande medida, assustadores e até distópicos.

Contudo, Harvey postula que o “campo pró-justiça” (abrangendo a justiça social, urbana, ambiental e na produção), por sua vez, deixou de imaginar futuros alternativos, tornando-se subordinado à máquina capitalista de ilusão e destruição (o que Mark Fisher chamou posteriormente de “realismo capitalista”). Para Harvey, mesmo visões alternativas fantasiosas não devem ser menosprezadas, pois “forneceram a base para moldar forças políticas poderosas para a mudança” (Harvey, 2000, p. 195). Por isso, defende a recuperação da capacidade de empreender “exercícios imaginativos”, inclusive como estratégia de mobilização, pois sonhos utópicos movem desejos e forças individuais e coletivas. No entanto, para evitar cair na “armadilha do utopismo” (autoritário e/ou ingênuo), o geógrafo propõe o

conceito de “utopismo dialético”: um jogo espaço-temporal que parte de “transformações tangíveis das matérias-primas que nos são dadas em nosso estado atual” (Harvey, 2000, p. 191).

Ele então revisita o tema gerador do princípio utópico-imaginativo na passagem clássica de Marx em “Processo de trabalho” (v. 1, capítulo 5) de *O capital*: “O que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la em cera” (Marx, 2013, p. 255). Aqui, retomamos a crítica de Sérgio Ferro ao arquiteto como um profissional do “desenho separado”, impondo o seu poder aos demais trabalhadores por intermédio do projeto, como ordem de comando. Quando Marx opta por *Baumeister*,⁹ no contexto do século XIX, ele provavelmente pensa no mestre de obras, o construtor em geral, abrangendo não apenas o projetista, mas também a realização concreta. A escolha dessa palavra representa a compreensão mais ampla de Marx (tal como de Sérgio Ferro) do trabalhador emancipado como um criador integral, que não só projeta, mas também executa a obra e, no caso da construção, ele o faz coletivamente. Além disso, a palavra *Baumeister* pode ter ajudado na identidade de classe desse sujeito, tanto por parte dos trabalhadores da construção quanto dos trabalhadores em geral, reconhecendo-lhes o saber de ofício e a força criativa, e não apenas a imaginação do arquiteto-deseñador.

Para Harvey, o arquiteto/*Baumeister* é uma figura do construtor imaginativo que alarga os horizontes do possível e que existe dentro de todos nós (ou de quem podemos ser). Não se trata do arquiteto profissional — a quem, ironicamente, diz para “deixarmos de lado”, ainda mais se for “o pior arquiteto” —, pois o que importa é, na verdade, “o melhor do trabalho humano” (Harvey, 2000, p. 202). O que define a seguir como sendo o “trabalho de um *arquiteto* [mestre-construtor] *insurgente*” (Harvey, 2000, p. 233, *itálicos nossos*). De outro lado, a abelha de Marx, se pode ser interpretada como metáfora do trabalho alienado, para o geógrafo adquire outro significado. Ele também defende as abelhas como parte da imaginação coletiva (dado o conhecimento muito mais amplo sobre elas hoje do que no século XIX): o seu extenso domínio territorial, a sua comunicação sofisticada por meio da dança (decodificada na década de 1940) e o seu papel no ecossistema global na manutenção da biodiversidade. Numa perspectiva ecossocialista, os construtores-imaginadores e as abelhas (e outros seres vivos) seriam aliados, cumprindo papéis complementares. Assim, Harvey afirma que, em face da catástrofe ambiental produzida pelo capitalismo, as visões alternativas devem estar fortemente relacionadas com a rede mais ampla da vida, uma vez que temos responsabilidades para com a natureza humana e planetária.

[9] Um comentário incidental importante: no original alemão, Marx escolheu a palavra *Baumeister* e não *Architekt*, mas todas as traduções em inglês, francês, espanhol e português adotam “arquiteto”. O alerta foi dado por Silke Kapp, também integrante do projeto TE/TK, em seu livro *Canteiros da Utopia* (2020, pp. 394-5).

A figura de um “arquiteto/construtor [Baumeister] insurgente” foi assim evocada tanto por Harvey quanto por Ferro. Mais do que um indivíduo demiúrgico, trata-se de uma imaginação coletiva que prospecta/projeta e promove/constrói novas ordens socioecológicas. O “utopismo dialético”, na expressão de Harvey, exige a perspectiva de uma longa e permanente revolução histórico-geográfica, com a transformação do trabalhador alienado em mestre-construtor rebelde: “como sujeitos ativos, levando conscientemente as possibilidades humanas aos seus limites”. Isso permitiria a retomada “do que Marx chamou de ‘o movimento real’ que abolirá ‘o estado de coisas existente’ e está sempre lá para ser feito e para ser tomado. É disso que se trata: ganhar coragem em nossas mentes” (Harvey, 2000, p. 255).

Mais recentemente, após a crise de 2008, despejos e execuções hipotecárias, juntamente com a mobilização dos Occupy ao redor do mundo, Harvey reintroduziu algumas categorias para discutir a insurgência urbana em seu livro *Cidades rebeldes*, de 2012. A cidade e o processo urbano que a molda emergiram como arenas principais de conflito, considerando a importância das chamadas formas secundárias de exploração, que “sempre foram cruciais para a dinâmica de acumulação de capital e perpetuação do poder de classe” (Harvey, 2012, p. 129). Harvey dirigiu sua atenção aos conflitos que emergiram da crise global mais relacionados à circulação, consumo e apropriação da riqueza. Seu chamado à imaginação urbana e rebeldia das cidades acaba por não evidenciar os trabalhadores do ambiente construído como atores igualmente fundamentais na reinvenção das cidades. Mais uma vez, Sérgio Ferro cobre essa lacuna ao propor, em cada unidade de produção do urbano (em cada canteiro de obras), uma “comunidade dos livres construtores” (Ferro, 2006, p. 416).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto David Harvey quanto Sérgio Ferro são grandes pensadores anticapitalistas que elaboraram teorias e práticas radicais a partir da observação atenta e do envolvimento nas lutas no ambiente construído. Combinam teoria radical de grande envergadura e abstração com a exigência de uma imaginação prática, transformadora e concreta. Estudam história e realizam observações sistemáticas, permanecendo envolvidos nas lutas sociais e atentos às experiências populares de auto-organização da vida e dos territórios. Essas lutas servem como práticas nas quais eles identificam forças imaginativas em ação, em especial nos “bolsões libertados por movimentos populares” (Ferro, 2006, p. 326), como nos assentamentos de reforma agrária e demais espaços com autogestão das comunidades sobre seus lugares e modos de vida. Ao mesmo tempo, indicam que,

no horizonte emancipador, arte, imaginação e ecologia são dimensões fundamentais.

Por isso, Harvey e Ferro propõem hipóteses de transformação social imanentes, sempre amparadas na teoria crítica, como “negação determinada” e como práxis. Assim, suas pistas e brechas de “rebeliões construtivas” — que nos estimulam — estão sempre fundamentadas e situadas socialmente, de forma ética, política e libertária. Não por acaso, conscientes da sua postura e aproximando-se dos noventa anos de idade, não abandonaram a crítica radical e a luta por justiça e emancipação.

PEDRO FIORI ARANTES [<https://orcid.org/0000-0002-6652-294X>] é arquiteto e urbanista, mestre e doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. É professor no Departamento de História da Arte da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. Propôs a hipótese norteadora, participou do processo de investigação e redigiu o artigo.

MARIANA FIX [<https://orcid.org/0000-0003-2691-3222>] é arquiteta e urbanista, mestre em sociologia pela Universidade de São Paulo e doutora em economia pela Unicamp. É professora do Departamento de História e Estética do Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Participou do processo de investigação e redigiu o artigo.

Editora responsável: Renata Francisco.

Recebido para publicação
em 9 de julho de 2024.

Aprovado para publicação
em 17 de outubro de 2024.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

131, jan.–abr. 2025

pp. 1-23

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arantes, Pedro Fiori. *Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos Mutirões*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- Arantes, Pedro Fiori “Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos 1970”. *Novos Estudos Cebap*, n. 83, 2009, pp. 103-28.
- Ball, Michael. *Rebuilding Construction: Economic Change in the British Construction Industry*. Londres: Routledge, 1988.
- Ball, Michael. *Markets and Institutions in Real Estate and Construction*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2008.
- Castells, Manuel (Org.). *Imperialismo y Urbanización en América Latina*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1973.
- Castells, Manuel. *A questão urbana*. 8. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- Coriat, Benjamin “Le procès de travail de type ‘chantier’ et sa rationalisation: remarques sur quelques tendances de la recherche actuelle”, em *Actes de Colloques: Le Travail en Chantiers*. Plan Construction et Habitat. Paris, 1983.
- Ferro, Sérgio. *O canteiro e o desenho*. São Paulo: Projeto, 1979.
- Ferro, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- Ferro, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre I: O canteiro e o desenho e seus desdobramentos*. São Paulo: Ed. 34, 2024.
- Ferro, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre II: De Brasília aos mutirões*. São Paulo: Ed. 34, 2025.
- Fix, Mariana. *São Paulo: cidade global, fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- Gitahy, Maria Lúcia. “Desmemória das metrópoles: apagando os rastros do trabalho de construir”. *Ponto*, n. 1, 1998.

- Harvey, David. *Social Justice and the City*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.
- Harvey, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.
- Harvey, David. *The Limits to Capital*. Londres: Verso, 1982.
- Harvey, David. Consciousness and the Urban Experience: Studies in the History and Theory of Capitalist Urbanization. Oxford: Basil Blackwell, 1985a.
- Harvey, David. *The Urbanization of Capital*. Baltimore: Johns Hopkins University, 1985b.
- Harvey, David. "From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism". *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, v. 71, n. 1, 1989, pp. 3-17.
- Harvey, David. *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Cambridge: Blackwell, 1990.
- Harvey, David. *Justice, Nature and the Geography of Difference*. Oxford: Wiley-Blackwell, 1996.
- Harvey, David. *Justiça, natureza e a geografia da diferença*. São Paulo: Loyola, 1997.
- Harvey, David. *Spaces of Hope*. Berkeley: University of California Press, 2000.
- Harvey, David. *The Enigma of Capital and the Crises of Capitalism*. Londres: Profile, 2010.
- Harvey, David. *Rebel Cities: from the Right to the City to the Urban Revolution*. Nova York: Verso, 2012.
- Harvey, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2013.
- Harvey, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- Harvey, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2015a.
- Harvey, David. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2015b.
- Harvey, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- Kapp, Silke. *Canteiros da Utopia*. Belo Horizonte: MOM, 2020.
- Lefebvre, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- Lefebvre, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- Lefebvre, Henri. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2016.
- Maricato, Ermínia (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa Omega, 1979.
- Marx, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011. Edição Kindle.
- Marx, Karl. *O capital*, Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- Marx, Karl. *O capital*, Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.
- Oseki, Jorge et al. "Industrialização e indústria da construção: alguns comentários sobre a produção intelectual". *Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)*, n. 11, 1987, pp. 1-29.
- Pereira, Paulo Cesar Xavier. *São Paulo: a construção da cidade 1871-1914*. São Carlos: Rima, 2004.